

Antigos (novos) papéis revisitados - O MCP

Moacyr de Góes - UFRJ

Por que, na metade dos anos 80, retomar a discussão da educação dos anos 60?

– Porque há, pelo menos, dois motivos básicos:

a) a proposta do movimento popular para a educação não foi suficientemente testada: teve a sua curta práxis interrompida pelo golpe de estado, sem alcançar a oportunidade de uma avaliação profunda; conseqüentemente, a questão continua em aberto, a não ser no campo da metodologia.

b) a História dos anos 60 foi, intencionalmente, truncada pelo estado autoritário implantado em 1964 e há que resgatá-la ao nível da ciência do homem.

Assim, às vésperas de uma Assembléia Nacional Constituinte, preocupar políticos, educadores, historiadores, intelectuais e trabalhadores com a questão da educação democrática, a partir de um marco referencial pré-estado autoritário é, no mínimo, muito salutar.

Este marco poderia ser o II Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958), quando ocorreu a "reintrodução da reflexão sobre o social na elaboração das idéias pedagógicas" (PAIVA, 1973), preocupação mais ou menos perdida desde a década de 20; as obras de Anísio Teixeira e Paschoal Leme; a experiência dos Comitês Democráticos e Universidade do Povo, criados entre 1945/47 no Distrito Federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); o Plano Nacional de Educação do Governo Jango (1963); os quatro movimentos pioneiros de educação popular: o MCP – Movimento de Cultura Popular (Recife, 1960), a Campanha De Pé No Chão Também se Aprende a Ler (Natal, 1961), o MEB – Movimento de Educação de Base (1961) e o CPC – Centro Popular de Cultura da UNE (1961); ou o Método Paulo Freire.

Revisitando antigos textos e com os olhos voltados para a Nova República me pareceu válido recolocar para as novas gerações a oportunidade e a atualidade da experiência do MCP – Movimento de Cultura Popular – daí o título deste artigo.

Não custa lembrar que o movimento social brasileiro não nasceu nas greves do ABC paulista (apesar da sua importância) nem nas sociedades de amigos de bairro (apesar de sua importância). Ele antecede. Como antecede também ao período histórico, objeto destas notas. Isso tudo é para dizer que é indispensável a visão dialética de um processo histórico para, às vésperas da Constituinte, "situar e datar" o ho-



mem brasileiro, para lembrar Marcel e Paulo Freire.

1. Os Anos 60

Dizer que os anos 60 trouxeram em seu bojo uma crise econômica, social e política é o óbvio. Vale lembrar o quadro, apenas para ordenar o pensamento desse resgate. Já no final dos anos 50, o modelo de "substituição das importações" dava sinais de sua superação e colocava para o setor industrial a alternativa de abrir mercado interno ou obter a sua acumulação através da exportação. A internacionalização do capital, por sua vez, ganhava impulso e ao antigo discurso nacionalista de Vargas já não correspondia a prática de governo de JK. O intermezzo do populismo/pseudo-moralista de Jânio, e, um parlamentarismo com prazo fixo para terminar não contribuíram para superar a crise. O velho populismo, oriundo de 1930, tirou de sua cartola de mágico todos os coelhos: adiou o golpe de estado por dez anos (desde o tiro no coração de Vargas) mas não teve condições políticas para deter a conspiração de 1964 – a intentona de direita que deu certo. Pelo menos, pessoalmente, para os que tomaram o poder.

Na educação, os anos 60 começam em 1958 com o II Congresso de Educação de Adultos, já referido. No Nordeste – geografia do MCP – os anos 60 começam, também, em 1958 com a SUDENE, gesto de JK face ao clamor da seca do mesmo ano e da mobilização dos Bispos católicos,

sob o carisma do Padre Helder Câmara. No Congresso de 1958, Paulo Freire defendeu um trabalho educativo com o homem e não para o homem. Antes, no Congresso Regional, em Pernambuco, o educador nordestino já fora relator da comunicação "Educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos," identificando o círculo de ferro miséria-analfabetismo-miséria.

Assim, numa época em que a crise geral atinge a todas as estruturas econômico-político-sociais, a educação começa a despertar para alternativas não conservadoras, embalada pelo nacional-desenvolvimentismo. Afinal, aí está o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – e o seu teórico Vieira Pinto a exercer forte influência nos meios intelectuais.

As estruturas burocrático-culturais continuavam, todavia, a "dormir em berço esplêndido". A Universidade, com raras exceções como a do SEC – Serviço de

Extensão Cultural da Universidade do Recife, hoje UFPE — continuava fechada em suas cátedras vitalícias e a jovem docência sendo recrutada por cooptação dos catedráticos. Olhando para o próprio umbigo, essa Universidade nem percebeu a formação de um movimento popular em ascensão.

Graças a alianças políticas, esse movimento popular foi vitorioso em algumas eleições locais e urbanas. A vitória do movimento popular abriu caminho para o pensamento renovador em educação e absorveu alguns intelectuais com experiência de participação de lutas políticas em aliança com as classes subordinadas. Estes vão evoluir e desempenhar o papel de intelectuais orgânicos de uma política voltada para a cultura popular.

Onde o movimento popular venceu pelo voto — Recife e Natal, por exemplo — ocorreram oportunidades de práticas de cultura popular que conflitaram com a educação conservadora, expressão de um pensamento acadêmico de cátedra vitalícia. Instituições com sensibilidade social, como a Igreja Católica e a UNE, apontaram para a mesma direção. Esse é o caldo de cultura no qual vão emergir os chamados quatro movimentos pioneiros: MCP, De Pé no Chão, MEB e CPC. (Os intelectuais paraibanos estão a dever ao Brasil um melhor resgate da experiência da CEPLAR — Campanha de Educação Popular, que funcionou em João Pessoa).

2. O MCP

O MCP teve por sede o Sítio da Trindade, na Estrada do Arraial, o histórico Arraial do Bom Jesus das lutas holandesas do Recife e, de acordo com o art. 1º de seu Estatuto, eram seus objetivos: “1) Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2) Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3) Proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; 4) Colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; 5) Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular”.

O MCP estruturou-se em três Departamentos: o da Formação da Cultura (DFC), o da Documentação e Informação (DDI) e o da Difusão da Cultura (DDC), sendo que o Departamento da Formação da Cultura “foi o que desenvolveu a ação educativa mais criativa e o que mais empolgava” (ROSAS, 1980). Esse Departamento era integrado por dez Divisões: Pesquisa (Paulo Freire); Ensino (Anita Paes Barreto); Artes Plásticas e Artesanato (Abelard

do da Hora); Música Dança e Canto (Mário Cancio); Cinema, Rádio, Televisão e Imprensa (...); Teatro (Luiz Mendonça); Cultura Brasileira (...); Bem Estar Coletivo (Geraldo Vieira); Saúde (Arnaldo Marques); Esportes (Reinaldo Pessoa).

O principal ideólogo do MCP foi Germano Coelho, influenciado pelo pensamento francês de Maritain, Boimondeau, Leuret, Dumazedier, Mounier, Freinet, e outros.

Na 32ª Reunião da SBPC, em 1980, o Professor Paulo Rosas, criador das Praças de Cultura do MCP, relatou as realizações da organização, que com menos de três anos de funcionamento (setembro de 1962) já apresentava o seguinte saldo: 201 escolas, com 626 turmas; 19.646 alunos, entre crianças, adolescentes e adultos; uma rede de escolas radiofônicas; um centro de artes plásticas e artesanato, com cursos de tapeçaria, tecelagem, cerâmica, cestaria, cartonagem, fantoches, pintura, desenho, estamparia, modelagem, gravura e escultura (destinado principalmente a especializar o professorado do próprio MCP); 452 professores e 174 monitores, ministrando o ensino correspondente ao 1º grau, supletivo, educação de base e educação artística; uma escola para motoristas-mecânicos; cinco praças de cultura (estas praças levavam ao povo local: bibliotecas, teatro, cinema, teleclubes, música, orientação pedagógica, jogos infantis, educação física); Centro de Cultura Dona Olegarilha; círculos de cultura; galeria de arte; conjunto teatral, etc.

A visão de mundo do MCP não é a de produção de bens culturais para a posterior doação ao povo. Pelo contrário, a participação do povo no processo de elaboração da cultura é fundamental para os pernambucanos. Por isso, em 1963, o MCP recomenda uma estratégia que privilegiava atividades que se caracterizassem: a) pela oferta de assessoramento a esforços criadores de cultura desenvolvidos pelos núcleos de cultura das próprias organizações populares; b) pela aplicação das várias modalidades de incentivos ao surgimento, ao florescimento e à multiplicação de tais fontes produtoras de cultura popular; c) pela criação de mecanismos de estímulo e de coordenação capazes de criar interdependências e ajudas mútuas entre as diversas organizações nos seus diversos níveis de existência social, facilitando desse modo que as deficiências de umas sejam completadas pelas potencialidades de outras e permitindo, em última análise, que as mais atrasadas encontrem condições favoráveis para ascender ao nível das mais adiantadas” (MCP — doc. mimeog.)

É um erro grosseiro interpretar os tempos do populismo como uma época homogênea de manipulação política. No tecido do populismo emergem algumas propostas marcadamente populares. Não propostas paternalistas e eleitoreiras. Basta

uma maior reflexão sobre esta última letra C, por exemplo. Seu alcance é o de um caminhar coletivo, solidário. Sem caudilhismos. Democrático.

Mas por que MCP?

O melhor é dar a palavra ao próprio MCP, que abre o seu Plano de Ação para 1963 com o seguinte diagnóstico:

“Um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores de elite. Esta nova situação caracteriza, de modo genérico, o quadro atual da vida brasileira. No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois em todo o Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular. Em Recife, e a seguir em Pernambuco, as forças populares e democráticas lograram se fazer representar nos postos chave do governo e da administração. A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos. Tal fato gratificante é inexistente no resto do país, onde, via de regra, os movimentos de cultura popular encontram, como condições adversas à sua existência e ao seu funcionamento, a hostilidade do poder público e a ausência de dotações orçamentárias para fins de cultura popular.

O movimento popular gera o movimento de cultura popular. O movimento popular, ao atingir determinada etapa de seu processo de desenvolvimento, experimenta a necessidade de liquidar certos entraves de ordem cultural que se apresentam como barreiras características daquela etapa, obstaculizando a passagem para a etapa seguinte. A superação de tais dificuldades se apresenta, assim, como condição para o prosseguimento do processo.

O movimento popular não gera um movimento cultural qualquer. Gera, precisamente, um movimento de cultura popular. Os interesses culturais do movimento popular têm, portanto, um caráter específico: exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltada para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular.

A demanda por uma consciência popular adequada ou real e possuída pelo projeto de transformá-lo é característica do movimento popular porque este se assenta nas três seguintes pressuposições:

a) Só o povo pode resolver os problemas populares;

b) Tais problemas se apresentam como uma totalidade de efeitos que não podem

ser corrigidos senão pela supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes;

c) O instrumento que efetua a transformação projetada é a luta política guiada por idéias que representam adequadamente a realidade objetiva". (Fávero, 1983).

Na palavra do MCP percebe-se a forte congruência política/cultura popular. O segmento político, aqui identificado como um ascenso democrático de proporções inéditas em Pernambuco é consequência das vitórias eleitorais da Frente do Recife, competentemente costuradas por Pelópidas Silveira, Miguel Arraes e outras lideranças populares. Aliás, a Frente de Recife congregando as forças progressistas e alguns segmentos liberais e conservadores modernos é exemplo, ainda hoje, de sabedoria política, pois permitiu um programa de democratização do poder decisório em Pernambuco, a principal "Casa Grande" do Nordeste oligárquico. E, na medida em que criava um canal efetivo de comunicações-decisões de massa/poder político, foi possível a prática de uma política de cultura popular — educação alternativa à fechada Universidade e, de um modo geral, à Escola elitista, formal, tradicional.

Assim, a educação popular vai se transformar num instrumento em favor da transformação social, pois o seu compromisso remete às forças políticas que se apoiam no movimento popular. Por isso, diz o documento do MCP que "o movimento popular gera o movimento de cultura popular". Há um esforço de síntese, de caminhar juntos, movimento popular/movimento de cultura popular.

Nos limites destas notas seria impossível relacionar todas as experiências e todos os instrumentos de trabalho criados pelo MCP, mas também seria impossível deixar de mencionar a edição de um "Livro de Leitura" produzido por Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes Godoy, com o objetivo de alfabetizar adultos, respeitando o seu universo cultural e, também, que é no âmbito do MCP que vai ocorrer a primeira gestação do Sistema Paulo Freire (Janeiro de 1962).

2.1 — O Sistema Paulo Freire

O Centro de Cultura Dona Olegarinha foi para a esquerda cristã dos anos 60 o seu Rio Jordão, isto é, o seu lugar de batismo, garantidor de uma identidade política no espectro geral das tendências revolucionárias, transformadoras e reformistas do período. Junto à JUC (Juventude Universitária Católica), à AP (Ação Popular) e ao SEC, foi um fórum de elaboração política.

O Centro Dona Olegarinha, do MCP, funcionou no Poço da Panela, em colaboração com a Paróquia de Casa Forte (Monsenhor Lobo) que lhe cedeu "uma

casa muito ampla (com) boa localização, pois fica próxima ao Rio Capibaribe, na margem do qual moram várias famílias em mocambos, e num largo onde se situa, também, uma Igreja (de N.S. da Saúde), local em que se realiza, em janeiro, tradicional festa de caráter religioso e popular" (ARY, s/d).

Os trabalhos para a instalação do Centro começaram em novembro de 1961, após a constatação de Paulo Freire de que a área oferecia condições, por ser desprovida de serviços semelhantes, quase "fechada", pouco extensa, oportunizando o experimento dentro dos objetivos do MCP. Por outro lado, ali havia um passado histórico importante: na casa havia residido o casal abolicionista José Mariano e D. Olegarinha que protegiam os escravos fugidos. "Dona Olegarinha tratava dos ferimentos dos escravos e os embarcava no rio Capibaribe, atrás de sua casa, em canoas cobertas de capim e eles fugiam para o Ceará e outras províncias do Norte, que primeiro aboliram a escravidão" (depoimento de um preto de aproximadamente 90 anos e que residia no Poço deste 1890). José Mariano foi preso em 1893 e pouco depois morria Dona Olegarinha. (ARY, s/d).

Assim como o Sítio da Trindade, o Poço da Panela recordava aos pernambucanos a sua história libertária...

Na fundamentação do projeto para a criação do Centro de Cultura assim se expressava Paulo Freire:

"Uma das preocupações presentes a estudiosos dos problemas do homem moderno nos centros urbanos vem sendo a de sua "demissão", afogado na domesticação niveladora de massificação. O homem dos centros modernos urbanos, submetido a uma série infinta de controles que ele mesmo não conhece e que quase não percebe, vem assumindo formas de comportamento standartizado. Suas reações perdem as mais das vezes a nota individual. (...) A propaganda comercial, com toda a sua força convincente, vem se juntando, servindo-se dos mesmos meios — a propaganda de idéias, de princípios. Corre-se o risco da desumanização do homem, de sua massificação, de sua desespiritualização".

A preocupação com a conscientização permeia o texto anterior e este discurso esteve presente na maioria dos movimentos de cultura popular e de educação popular dos anos 60.

A conscientização soma-se a preocupação com a democratização, esta não apenas na teoria, mas na busca de se encontrar a sua prática efetiva. Ilustrativa é a proposta de Paulo Freire encaminhada ao MCP de como estruturar o Centro de Cultura Dona Olegarinha:

"O Centro de Cultura é uma unidade educativa enfeixando um conjunto de motivos, que agregam grupos, que os le-

vam a atividades de objetivos semelhantes. Estas atividades variadas, resposta a variações de núcleos diferentes de motivação, se acham porém entrelaçadas e sistematizadas, possibilitando assim um trabalho organicamente educativo. A televisão, a leitura, a costura e o arranjo de casa, o recreio, a educação dos filhos são motivos geradores de atividades, a congregar grupos, a se alongarem em clubes, que compõem o "Centro de Cultura". Assim haverá tantos clubes no Centro de Cultura quantos sejam os núcleos motivadores de atividades específicas. (...) Os clubes dentro do Centro são dimensões próprias do Centro".

Mais adiante o educador nordestino formula a sua proposta para a prática democrática:

"A administração do Centro, que de início cabe ao assistente social do MCP, — passa gradativamente a democratizar-se, fazendo-se colegiada. O Centro passará a ter um Conselho de Direção composto de representante do MCP — assistente social — e do Diretor de cada clube componente do Centro de Cultura. Este Diretor será escolhido por eleição entre os participantes de cada clube. O Conselho de Direção terá um Diretor Executivo por período determinado — o mesmo do Conselho de Direção — escolhido entre os participantes deste Conselho. Ao lado deste existirá um outro, que será consultivo e será formado pelos educadores que trabalham no Centro.

Não será demasiado chamarmos a atenção para o que significa, do ponto de vista da educação democrática e da formação de liderança, a própria estrutura administrativa de um Centro de Cultura nesses moldes. Esta estrutura já é, em si mesma, educativa. Acrescentam-se agora, à essência formadora de uma administração assim organizada, as atividades normais de cada clube dentro do Centro e sentir-se-á o alcance de uma experiência desta ordem entre nós".

No projeto do Centro de Cultura Dona Olegarinha constava a previsão dos seguintes clubes que, como acabamos de ver, se constituíam nas células de poder do referido Centro: Tele-Clube, Clube de Leitura, Clube dos Pais, Clube de Costura e Clube Recreativo.

Foi nessa moldura institucional que ocorreu a primeira experiência do Método Paulo Freire, que Zaira Ary, em tese para obtenção do título de Assistente Social junto à Escola de Serviço Social de Pernambuco, s/d, assim descreve:

"Sendo a escola para adultos um dos pedidos insistentes dos moradores do Poço (...) solicitou(se) do Professor Paulo Freire que fosse feita no Centro uma experiência de alfabetização, que ele estava preparando.

Aceita a idéia, o Professor Paulo Freire pediu que se procurassem cinco analfabetos da área, dispostos a aprender a ler.

Foi assim iniciada, em janeiro (1962), a primeira tentativa de alfabetização, no Centro de Cultura Dona Olegarilha: com cinco adultos (quatro homens e uma mulher) sob a orientação de um universitário, servindo-se de ajudas visuais (desenhos em fichas, projetadas através de um epidiáscópio) e empregando um método eclético.

Em dois meses, com aproximadamente trinta horas, um dos alunos estava lendo trechos relativamente difíceis. (...) Por várias circunstâncias, inclusive doença, houve desistência de quatro alunos; desse modo, apenas um foi alfabetizado.

Em março formou-se nova turma, para repetir a experiência, obtendo-se resultados semelhantes”.

Zaira Ary, autora deste depoimento e do resgate dos documentos assinados por Paulo Freire, acima referidos, era à época concluinte do Curso de Serviço Social e assumira a Coordenação do Centro de Cultura Dona Olegarilha, função na qual permaneceu até novembro de 1962.

Uma curiosidade nos registros da primeira experiência: — Paulo Freire em “Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo” (in Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife, nº 4, abr./junho, 1963), afirma que a evasão nessa primeira turma de cinco alunos foi de, apenas, dois alunos e não quatro, como informa a Assistente Social.

É importante visibilizar em Paulo Freire: a História, a Antropologia Cultural, a Metodologia e a Cronologia de aplicação da experiência (GÓES, 1980).

Em termos de História a sua visão é a da ocorrência de um **trânsito** do povo brasileiro, nos anos 60, de uma sociedade fechada para uma sociedade que se abria, em função de uma **rachadura** ocorrida no sistema, em decorrência da “**substituição das importações**”. Nesse processo econômico emergiria o fenômeno que Mannheim chama de “**democratização fundamental**”, que implica uma crescente e irreversível ativação do povo no seu próprio processo histórico abrindo leques de participações interdependentes de ordem econômico-social-político-cultural. O povo deixa de ser objeto para ser sujeito (FREIRE, 1963).

Em termos de Antropologia Cultural afirma:

“Pareceu-nos (...) que o caminho seria levarmos ao analfabeto, através de reduções, o conceito antropológico de cultura. A distinção entre os dois mundos: o mundo da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua e com a sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez”.

A metodologia implica o cumprimento das conhecidas etapas que devem ser executadas na seguinte ordem: levantamento do universo vocabular do grupo que se vai alfabetizar; seleção neste universo dos vocábulos geradores, sob um duplo critério: o da riqueza fonêmica e o da pluralidade de engajamento na realidade local, regional e nacional; criação de situações existenciais típicas do grupo que se vai alfabetizar; criação de fichas-roteiros, que auxiliam os coordenadores de debates no trabalho; feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

A cronologia da experiência parece ter sido a seguinte: 1) Recife: a) MCP — Centro de Cultura Dona Olegarilha; b) SEC — quando uma equipe interdisciplinar aprofunda a fundamentação científica do Método, criando o Sistema;

2) João Pessoa: CEPLAR;

3) Recife: União Estadual dos Estudantes de Pernambuco e Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife (financiado pelo Plano de Emergência do MEC);

4) Natal: “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler” (financiado pela Prefeitura de Natal-RN);

5) Angicos e Exército (16º RI): Governo do Estado do Rio Grande do Norte (financiado pela Aliança para o Progresso, através da SUDENE);

5) Osasco (SP) e Brasília (financiado pelo Plano Nacional de Alfabetização do MEC, através da Comissão de Cultura Popular, criada junto ao Gabinete do Ministro, em 28 de junho de 1963);

7) Projeto Nordeste e Projeto Sul (Sergipe e Rio de Janeiro — financiado pelo PNA/MEC).

No clima das Reformas de Base do Governo João Goulart, o Método Paulo Freire não foi, apenas, uma conquista pedagógica, mas também uma esperança política. Através dele seria possível — era a previsão — acrescentar cinco milhões de eleitores ao corpo eleitoral nas futuras eleições de 1965 e desequilibrar o poder da oligarquia em favor do movimento popular. Assim, de janeiro de 1962 (Dona Olegarilha) até final de 1963 e inícios de 1964 a proposta Paulo Freire de Alfabetização em 40 horas sai da sombra provinciana de uma experiência nordestina com cinco analfabetos para ser adotada nacional e oficialmente como a proposta do Governo Federal.

O teste principal ocorreu em Angicos, interior do Rio Grande do Norte, quando o Presidente da República, acompanhado do Governador do Estado, presenciou a sua aula de encerramento, em 2 de abril de 1963 e afirmou: “Hoje, meus senhores e minhas senhoras, nestas classes, aprende a população pobre a analfabeta de Angicos as primeiras letras. (...) mas, acima de tudo, alunos, alunos jovens e adultos,

todos estarão capacitados para ler também a grande Cartilha da República: a Constituição da nossa Pátria, que lhes fez cidadãos e que tem o dever de lhes proporcionar este mínimo de alfabetização”.

Expressando o testemunho telúrico nordestino e quebrando o protocolo falou, então, um dos alunos alfabetizados, o sr. Antonio Ferreira que, entre coisas disse: “Naquele tempo anterior veio o Presidente Getúlio Vargas matar a “fome da barriga” — que é uma doença fácil de curar. Agora, na época atual, veio o nosso Presidente João Goulart matar a precisão da cabeça que o pessoal todo tem necessidade de **aprendê**. Temos muita necessidade das coisas que **nós não sabia**, e que hoje estamos sabendo. Em outra hora, **nós era massa**, hoje já não somos massa, estamos sendo povo”. (LYRA, 1963).

Esta distinção **massa versus** povo foi assumida pela esquerda cristã dos anos 60 como sua marca registrada...

O pensamento e a obra de Paulo Freire já foram dissecados por numerosos educadores, nacionais e estrangeiros. Aqui não há como repeti-los. Todavia valeria lembrar duas pistas para quem quer se iniciar no assunto: Celso de Rui Beisiegel (“Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil”, S. Paulo, Editora Ática, 1982) que acompanha carinhosamente os passos do professor pernambucano e Vanilda Paiva (“Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista, Rio, Civilização Brasileira, 1980) que, às vezes, é cáustica ao remontar às antigas e primeiras fontes conservadoras do pensamento freirista.

São duas vertentes de interpretação distintas mas que são acordes num ponto: a importância de Paulo Freire na educação nacional.

2.2. A Cartilha

(Livro de Leitura Para Adultos)

O ano de 1962 foi o tempo em que os pernambucanos se voltaram mais atentamente para a questão da metodologia. Além dos experimentos do Centro Dona Olegarilha e da ampliação da equipe de Paulo Freire conquistando o SEC, no âmbito do MCP, foi editado o **Livro de Leitura para Adultos**.

Esse novo instrumento de trabalho vinha preencher uma lacuna que era a necessidade de garantir um “material didático de apoio aos monitores” que trabalhavam com as escolas radiofônicas (BEISIEGEL, 1982). Esta linha de trabalho do MCP data de setembro de 1961 com a transmissão nos dias úteis de programas noturnos de alfabetização (50 a 60 minutos) e de educação de base (10 a 20 minutos).

O **Livro de Leitura de Adultos**, popular e erradamente conhecido como a “Cartilha” do MCP, é de autoria de Josina Maria Lopes de Godoy e Norma Porto

Carreiro Coelho e teve uma grande e polêmica repercussão. Na sua apresentação, Germano Coelho, Presidente do MCP, afirma que o *Livro* é “centrado nos interesses do adulto, exprimindo os anseios populares, ressaltando os valores regionais, ministrando ao mesmo tempo o ensino da língua e da gramática; ele constituirá, sem dúvida, mais um instrumento da cultura para a emancipação do povo.”

Nos anos de radicalização do período, o “*Livro*” foi logo questionado pelas forças de direita e acusado de servir à “comunicação” do Brasil. Em pouco tempo a “cartilha” passou a ser um divisor de águas e, mesmo os que não a haviam lido, se posicionavam ideologicamente. Daí a importância de um depoimento prestado por Anísio Teixeira, com todo o peso de sua autoridade, na entrevista dada ao *Metropolitano* de 17-X-1962:

“(…) Aprender a ler deve ser uma simples transposição de sua atual linguagem oral para a linguagem escrita. É isto que realiza, de forma sem precedentes, *O Livro de Leitura do Movimento de Cultura Popular*, do Recife, de autoria das professoras Josina Maria Lopes Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho. Além disso as autoras conseguiram dar-lhe um sentido cívico que raia pelo lirismo. As privações, as esperanças e os direitos do brasileiro tecem e entretecem aquelas frases lineares e singelas e fazem do aprender a ler uma introdução à liberdade e ao orgulho de viver.

Por tudo isso é que considero essa cartilha para adultos a melhor que até agora foi conhecida no Brasil.

Os que a consideram subversiva devem considerar subversivas a vida e a verdade, e ordeiras a tolice e a mentira”. (BEISIEGEL, 1982).

Tratando a educação não somente como uma questão pedagógica, mas, também e principalmente, como uma questão política — e política a serviço do movimento popular — o *Livro de Leitura para Adultos* trouxe à imprensa, para explicações, por diversas vezes, as suas autoras. De uma entrevista concedida ao *Diário de Notícias* e reproduzida pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (MEC, 1962) recolhemos o pensamento de Godoy/Coelho sobre a “Cartilha”:

“Uma experiência de alfabetização de um povo em fase de conscientização de seu processo histórico (...) Justamente por situar o homem adulto diante da sociedade, ou melhor, dentro da sociedade, é que não se trata de um método de catequese política, pura e simples”. O objetivo do método: “despertar no homem do Nordeste a consciência de seus problemas, para que ele seja um membro ativo de sua comunidade e não um mendigo que espera, todos os anos, que o Sul lhe mande roupa e comida”. Concluindo o depoimento das autoras: “Apresentamos desde

a primeira página **palavras e frases**, empregamos as palavras como elementos de base de aprendizagem, palavras estas grupadas em **centros de interesse**. Depois de fixadas as cinco primeiras palavras, compondo dois centros de interesses, começamos então a reparti-las em sílabas que vão formar novas palavras e novos centros de interesse”. Foram critérios de escolha das palavras: a) que despertassem o interesse do aluno, sendo de uso corrente pelos adultos analfabetos e por aqueles que lhes falam através do rádio, do jornal ou diretamente; b) e que além destas características também contivessem em suas sílabas todos os símbolos fonéticos da língua portuguesa” (BEISIEGEL, 1982).

Jomar M. de Brito, em publicação editada pelo SEC, testemunha que a “cartilha” desempenhou um papel histórico “com as suas frases tão óbvias e assustadoras. O pão dá saúde, saúde é vida, o voto é do povo, o povo pode, o povo sua, o povo sem casa vive no mocambo — estamos certos de que, com essas afirmativas, não se estava propondo nada às massas, procurava-se apenas a confirmação de sua necessidade de subsistência (os que reconheceram equívocos, entre eles eu, nada fizeram no momento de melhor)”.

O *Livro* do MCP serviu de matriz para duas outras “cartilhas”, pelo menos, ambas editadas em princípios de 1963: a da *Campanha De Pé no Chão* também se *Aprende a Ler*. (Natal, 1961-64) e a da UNE.

Na apresentação do *Livro de Leitura para Adultos da Campanha de Pé no Chão* também se *Aprende a Ler* o Secretário de Educação de Natal explica o porquê da adaptação do *Livro* do MCP para as condições do Rio Grande do Norte: ... “O MCP e a Campanha têm o mesmo embasamento, a autenticidade de uma cultura popular e se propõem ao mesmo fim — o da libertação popular através da educação.” E conclui: “Este livro é mais um marco no processo educacional hoje deflagrado no Rio Grande do Norte, que superando padrões conservadores e intelectualistas se engajou, definitivamente, na luta de emancipação do Povo, solidário e comprometido com o destino de humilhados e ofendidos por uma estrutura social injusta” (GÓES, 1980).

Na apresentação de “cartilha” da UNE foram definidas as características do MPA (Movimento Popular de Alfabetização): a) tornar-se uma forma de atuar na luta de libertação que nosso povo trava em diferentes setores de sua vida, elevando o nível de consciência crítica do nosso povo ante a sua própria realidade; b) organizar o povo para melhor atuar nesse setor. Cada classe de alfabetização será o embrião de um Centro de Cultura onde o povo discutirá seus problemas e aprenderá a resolvê-los coletivamente” (PAIVA, 1983).

2.3 — A Ideologização da Metodologia

“Algum tempo depois (...) desenvolveu-se no interior do Movimento de Cultura Popular uma aguda divergência entre os defensores da manutenção da cartilha e os adeptos da adoção do novo método (de Paulo Freire)”. (BEISIEGEL, 1982).

Corria o ano de 1963 e o MCP, a exemplo de outros movimentos, não estava isento da tensão ideológica que passava pelas organizações que optavam por constituírem-se em frentes políticas. No caso, a frente constituída de marxistas e cristãos de esquerda e seus respectivos partidos, o PCB e a AP.

Como vimos, Paulo Freire montara a sua metodologia à base de audiovisuais, slides, projetores etc. recusando as cartilhas, de um modo geral, como “uma doação que reduz o analfabeto mais à condição de objeto que a de sujeito de sua alfabetização.” Dado à formação profundamente católica de Paulo Freire, o seu diálogo e a sua liderança passaram a ser mais efetivos junto aos cristãos. Essa especificidade vai significar um balizamento no espectro político da Frente que dava substância ao MCP. Por outro lado, há mais de um ano que significativas lideranças do MCP trabalhavam com o *Livro de Adultos*, isto é, a “cartilha”. E, como vimos, as duas metodologias vinham fazendo “escola” pelos diversos movimentos que se espalhavam pelo Brasil afora.

A tensão aumentou quando a discussão se colocou a nível do Plano Nacional de Alfabetização, política oficial do MEC. Vanilda Paiva conta como a ruptura foi evitada: “existiam divergências entre o coordenador do PNA e Paulo Freire a respeito do problema do método, discussão que já se havia iniciado desde a época dos Seminários Regionais, promovidos pela Campanha de Alfabetização da UNE, quando o grupo paulista católico (já em contato com Paulo Freire) manifestara-se pelo método do professor pernambucano com a oposição da UNE. A argumentação contra o método baseava-se no custo do equipamento e nas dificuldades de aplicação (e utilização do equipamento respectivo), no meio rural. Entretanto, a viagem de Paulo Freire ao Rio de Janeiro chamou a atenção para o fato de que o problema metodológico não era o mais relevante e que as dificuldades que surgissem concretamente deveriam ser enfrentadas na prática.”

Assim é que a linguagem oficial do PNA passou a ser o Método Paulo Freire, apesar do seu coordenador ser favorável às cartilhas. Nos bastidores do Ministério a luta ideológica prosseguia, pois todos sabiam que a orientação política de um eleitorado novo que, em tese, desestabilizaria a oligarquia e daria os rumos de uma República mais democrática e popular, dependeria do controle do movimento de alfabetização em massa. Afinal, a educa-

ção não é só uma questão pedagógica — ela se situa no eixo da questão política. “Elementar, meu caro Watson”, como diria Sherlock Holmes...

Todavia, se ao nível teórico as posições não eram irredutíveis e jamais chegaram a uma ruptura, ao nível da prática a questão se diluía ainda mais. A percepção da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler era a seguinte: “ambas as propostas partiam da conscientização do educando, do despertar de sua consciência crítica, buscando um processo global de politização. Assim, as duas propostas interessavam à Campanha, que as empregou nas classes dos adultos”. Houve “uma síntese das duas posições. Em face dos obstáculos (financeiros) para o emprego ortodoxo do Sistema Paulo Freire, terminamos utilizando a escrita Coelho/Godoy e a oralidade de Freire, isto é, partindo da lição da “Cartilha”, era aberta toda a discussão com a linguagem conscientizadora de Paulo Freire” (GOES, 1980).

Efetivamente, as duas visões de mundo — da “Cartilha” e do Método — estavam tão próximas, partiam de uma análise semelhante de realidade e buscavam idêntico horizonte de superação da miséria e da alienação que tinha razão Anísio Teixeira quando afirmava a propósito da obra de Godoy e de Coelho: “O Livro efetivamente ensina a ler como se iniciasse o analfabeto nordestino na sua própria vida. As palavras, as sentenças, as frases são as que fatalmente ocorreriam ao próprio analfabeto se fosse ele próprio que crescesse a sua cartilha.”

3. A Democratização da Cultura

Eis uma palavra mágica do período. O Trio Elétrico da época, atrás do qual “só não vai quem já morreu”. Em Pernambuco dos tempos de Arraes a “locomotiva” era, realmente, o MCP. Todavia, outros ilustres participantes formavam um ilustrado comboio. E, assim, em favor de uma política de democratização da cultura trabalhavam, cada qual a seu modo e com as suas especificidades: o SEC, a Promoção Social, o MEB, a SUDENE (Setor de Reformulação Agrária), o CPC, a AP, o PCB, as Ligas Camponesas de Francisco Julião, a JUC, os movimentos estudantil e sindical, a Frente de Mobilização Popular, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e outros organismos que se filiavam à chamada Pré-Revolução Brasileira (Por favor não confundir com o golpe de estado de 1964 e as suas respectivas “marchadeiras”...).

É realmente impossível traçar o perfil de cada uma dessas organizações. Assim, ao MCP acrescentamos, apenas, uma breve informação do SEC.

O SEC editava *Estudos Universitários*, Revista de Cultura da Universidade do Recife. O seu número 4 (abril/junho de 1963) é um desses momentos raros no

qual se elabora toda uma síntese da inquietação intelectual da época e se expressam propostas de construção do futuro. Osmar Fávero (Edições Graal, 1983) resgatou esses escritos assinados por Paulo Freire, Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Britto e Aurenice Cardoso. Esse número de *Estudos Universitários* é um termômetro da pressão do questionamento pernambucano, principalmente de uma equipe que estava ligada ideológica e afetivamente ao criador do Método de Alfabetização em 40 horas.

Nessas páginas e através do artigo de Jarbas Maciel o SEC discute a questão da democratização da cultura através de um diagnóstico da Universidade curto e claro: “a grande contradição da Universidade Brasileira (...) põe em choque 1% da nossa população com os 99% restantes, isolados na mais completa cegueira espiritual e embrutecidos no abandono de uma forma de escravização social e econômica. Parece uma ironia que esses 99% do povo brasileiro devam, mesmo alienados da Universidade, sustentá-la social e economicamente. Entretanto assim o é. A extensão, por conseguinte, para ser verdadeiramente funcional, deve estar voltada para esses 99% — a imensa maioria do povo brasileiro — no sentido de saldar, simplesmente, uma pesada dívida histórica. Quando fazemos extensão cultural nestes termos, estamos lutando inclusive contra os erros e os vícios de nosso passado colonial.”

— Quais são “esses termos” de que fala Maciel?

— “Num país como o nosso caberia à Universidade, através da extensão e empenhada em democratizar a cultura, voltar-se inicialmente, com todas as suas forças, contra o analfabetismo (MACIEL, 1963).

Isso explica porque o SEC foi o útero transformador do Método em Sistema Paulo Freire e definiu as etapas subsequentes do processo (mesmo que não chegasse a concretizá-las). Os momentos desse processo de educação, que objetivava a democratização da cultura, estão enunciados na seguinte ordem: a) alfabetização infantil; — b) alfabetização de adultos: 28 a 40 horas; — c) ciclo primário rápido: 8 a 10 meses; — d) universidade popular: extensão cultural em nível popular, secundário, pré-universitário e universitário; — e) Instituto de Ciências do Homem da Universidade do Recife; — f) Centro de Estudos Internacionais da Universidade do Recife, objetivando uma integração com os países do Terceiro Mundo.

Para o SEC a democratização da cultura baseava-se em três postulados fundamentais: a igualdade ontológica de todos os homens; a acessibilidade ilimitada do conhecimento e da cultura; a comunicabilidade ilimitada do conhecimento e da cultura (MACIEL, 1963).

4. “Eu Tenho a Escola do Mundo”

Aí estão alguns textos, alguns papéis, do MCP e de Pernambuco dos tempos em que Arraes foi Prefeito do Recife e Governador do Estado. Tempos da Frente do Recife, de vitórias do movimento popular e de sua expressão cultural: educação/cultura popular.

Na mesma época, numa pesquisa para identificar o “universo vocabular” em Florianópolis, um adulto respondeu:

— “Eu tenho a escola do mundo”. (BRITTO, 1963).

Profeticamente, esta foi a que restou depois do golpe de estado de 1964, quando desabou toda uma engenharia pedagógica montada na educação com e os educadores brasileiros foram silenciados pela repressão e pelos Acordos MEC-USAID.

Muitos já falaram sobre isso e não vale a pena repetir. Para terminar, apenas uma pergunta a três respostas.

4.1. A Pergunta

— Como ficou o Nordeste, o Nordeste do MCP, de De Pé No Chão, do MEB, do Método Paulo Freire?

4.2. Três Respostas:

a) Em 1980, responde Chico de Oliveira: “Na segunda metade dos anos 60 e durante os primeiros anos da década de 70, a formação bruta de capital alcançou a marca de quase 50% do Produto Interno Bruto do Nordeste, façanha insólita mesmo para o Japão da Restauração Meiji. (...) a agricultura regional, premiada entre as tenazes da concorrência das mercadorias agrícolas do Sul e as próprias modificações da estrutura interna da produção industrial do Nordeste, desabou sob o peso desse duplo impacto e liberou quantidades crescentes de mão-de-obra. (...) uma onda gigantesca, praticamente toda a população válida, se transformou em reserva de mão-de-obra para os novos empreendimentos capitalistas da região.”

b) Em 1º de março de 1985, o *Jornal do Brasil* publica uma polêmica que poderia ser chamada de Tragédia dos Erros:

— Em documento dirigido ao Presidente Tancredo Neves (“Proposta para educação no meio rural”) a SUDENE denuncia que na população entre 15 e 19 anos da zona rural o analfabetismo é de 77%.

— O MOBREAL desmente. Diz que é apenas 51,6%.

c) O Ministro da Educação, Marcos Maciel, informa ao país que “temos 8 milhões e meio de crianças em idade escolar fora do sistema público de ensino” (*Jornal do Brasil* de 23-V-85).

5. ... Porque Alta Vive

Agora, com a pesada herança do estado autoritário aos ombros, desvendando os olhos, desamarrando as mãos, é retomar o caminho rumo à nova organização

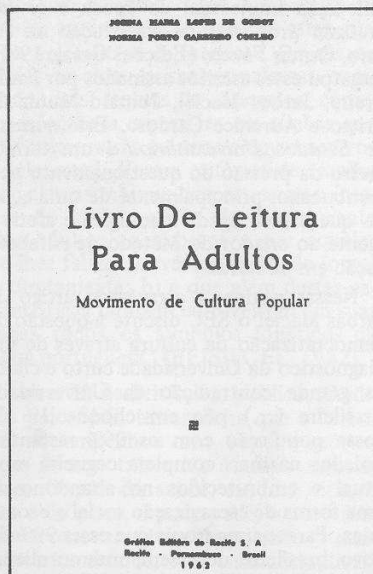
da sociedade, com a Assembléia Nacional Constituinte, para discutir e propor a questão da educação democrática.

Os pés no chão, os ombros mais curvos, os cabelos mais brancos, as mãos mais calosas. Mas nos olhos o mesmo brilho e o mesmo sonho. O mesmo testemunho. Finalmente, aquilo que a ditadura nunca entendeu: no coração, a mesma ternura — aura que defende o ser para ser inteiro, para ser um todo em cada coisa que faz e poder cantar, neste ainda incerto alvorecer da esperança democrática, os versos de Fernando Pessoa:

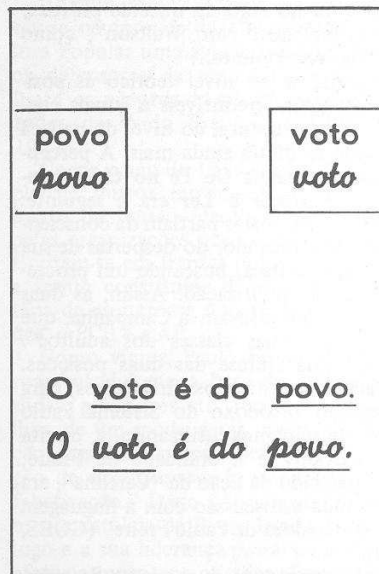
“Para ser grande, sê inteiro:
nada
Teu exagera ou exclui
Sê todo em cada coisa. Põe
quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.”

BIBLIOGRAFIA

- ARY, Zaíra. *Uma experiência de educação popular*. Centro de Cultura D. Olegarilha. Recife. Mimeog. s/d.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e Educação Popular*. São Paulo. Ática. 1982.
- BRITTO, Jomard Muniz. *Educação de Adultos e Unificação da Cultura*. “Estudos Universitários”, Universidade do Recife (4). 1963.
- CARDOSO, Aurenice. *Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire*. “Estudos Universitários”. Universidade do Recife (4). 1963.
- DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER. *Livro de Leitura*. Natal, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Mimeog. 1963.
- ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR I — Mimeog. 1963.
- FÁVERO, Osmar. *Cultura Popular e Educação Popular. Memória dos anos 60*. Rio de Janeiro. Graal. 1983.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo*. “Estudos Universitários”. Universidade do Recife (4). 1963.
- GODOY, Josina Maria Lopes de, e COELHO, Norma Porto Carreiro. *Livro de Leitura para adultos*. Recife. MCP. 1962.
- GÓES, Moacyr de. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler — uma escola democrática (1961/64)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1980.
- LYRA, Carlos. *A experiência de Angicos*. Natal, 1963. Mimeog.
- MACIEL, Jarbas. *Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação*. “Estudos Universitários”. Universidade do Recife (4). 1963.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo. Edições Loyola. 1973.
- ROSAS, Paulo. *O Movimento de Cultura Popular — MCP* — Rio de Janeiro. 1980. Mimeog. (32ª Reunião da SBPC).



Capa da “cartilha” do MCP



Primeira lição

Dois Métodos

Às vésperas da Assembléia Nacional Constituinte, preocupar a todos com a questão da educação democrática, a partir de um marco referencial pré-estado autoritário, é, no mínimo, um exercício salutar.

Este marco poderá ser o Movimento de Cultura Popular — MCP — cujos textos não perderam atualidade.

O MCP foi fundado em 1960, na administração do Prefeito Miguel Arraes, no Recife (PE), e desempenhou um papel da maior importância na crise social, política, econômica e cultural que marcou a transição do estado populista para o estado tecnocrático-civil-militar (1964).

Entre as propostas renovadoras do MCP esteve presente a questão da metodologia, que emergiu em duas alternativas: cartilhas conscientizadoras e o método Paulo Freire. Em torno de cada proposta criaram-se facções, que revelaram as tensões ideológicas da frente política que dava sustentação ao MCP. Os marxistas optaram pelas cartilhas conscientizadoras e os cristãos de esquerda defenderam o método de alfabetização em 40 horas. Sustentando as respectivas bandeiras, estavam o PCB e a AP. A discussão, no âmbito do Plano Nacional de Alfabetização do MEC, em 1963, evitou a ruptura.

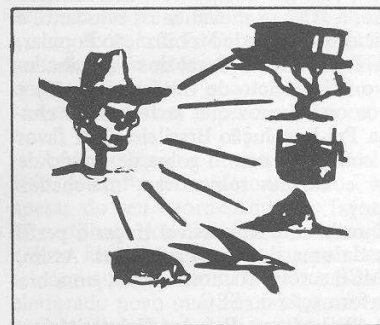
A aliança das duas facções foi consolidada nas prisões do estado autori-

tário de 1964, quando a repressão destruiu os movimentos de cultura popular e jogou na clandestinidade as organizações de esquerda.

Neste box, exemplos iconográficos das duas metodologias.

Slides do Método Paulo Freire que embasavam a introdução da alfabetização com a discussão da antropologia cultural que identifica o “mundo da natureza” e o “mundo da cultura”. Neste momento, o adulto analfabeto se descobre um criador de cultura e se revela um sujeito da sua História.

Capa e primeira lição do Livro do MCP, de autoria de Josina Maria Lopes de Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho, considerado por Anísio Teixeira como “o melhor que até agora foi conhecido no Brasil”.



“O homem se descobre criador da cultura e sujeito da História.